

# GRELHA DE CORRECÇÃO

## EXAME DE DIREITO DO AMBIENTE

ÉPOCA ESPECIAL  
ANO LECTIVO 2021/2022

9 de Setembro de 2022

### I. Resolva o seguinte caso:

O município da Guarda decidiu alargar vários caminhos florestais para facilitar o combate aos incêndios que anualmente flagelam a região. Na zona residem espécies protegidas no âmbito da rede Natura 2000, além de espécies protegidas pelo Direito nacional.

O plano de obra – a desenvolver num vasto perímetro de serra -, previa o asfaltamento de alguns troços, para os tornar mais resistentes às intempéries. A divulgação do plano levou algumas ONGAs locais a apresentarem uma queixa à Comissão Europeia, por entenderem que o projecto exigia avaliação de impacto ambiental (AIA). Questionado, o Município respondeu que:

- por ser um ente público, estava dispensado de AIA;
- mesmo que não estivesse, a urgência da obra justificaria a preterição da formalidade;
- mesmo que não se verificasse a urgência, tais estradas estariam fora de avaliação ambiental uma vez que se destinavam a proteger o ambiente florestal – fundamento expressamente admitido no regime da rede Natura 2000.

A obra teve início e logo se verificou a morte por intoxicação de um bando de cotovias raras, que aí nidificavam. Um grupo de escuteiros decidiu então apresentar uma providência cautelar para sustar a continuação dos trabalhos, com fundamento em ausência de medidas de compensação do dano ecológico por inexistência de DIA que as contemplasse. O tribunal declarou-se incompetente para conhecer o pedido, remetendo a decisão para a APA.

a) NÃO HÁ FUNDAMENTO PARA dispensa (v. art. 4º RAIA); teria sempre de ir a avaliação de incidências, dada a localização, sendo eventualmente admitido com compensações (v. RRNatura2000)

b) Legitimidade popular – v. LAP

b1) Junto da jurisdição administrativa (porque se trata de uma obra de um ente publico – artigo 4º ETAF)

b2) Condenação á abstenção de comportamento (37/1/h) CPTA)

b3) Faltaria DIA/Avaliação de incidências, por isso é válida

c) Deve discutir-se a questão da desjudicialização do procedimento de reparação do dano ecológico

II. Responda **fundamentadamente** a **uma** das questões seguintes:

1. Como se concretiza o princípio do poluidor-pagador – ou do usuário-pagador?

Referir LBA e exemplos de concretização

2. Como realiza a APA a ponderação da incerteza sobre factores de risco no âmbito do licenciamento ambiental?

Referir a formula das MTDs e ponderação de riscos

**DURAÇÃO:** 1H45 HORAS

**COTAÇÃO:** Grupo I. 14 valores; Grupo II. 6 valores